

**Desafios e estratégias: uma análise das dificuldades
enfrentadas pelos professores com alunos inclusos na rede
regular de ensino**

VEIT, Luana

luanaveit90@gmail.com

JUWER, Spier Simone

grad.pedagogia@horus.com.br

RESUMO

O acesso à educação e o direito à aprendizagem são garantias constitucionais universais, asseguradas a todos os brasileiros como responsabilidade do Estado e da família. Atualmente, há leis que protegem os alunos inseridos na rede regular de ensino. No entanto, simplesmente receber o aluno com deficiência na sala de aula não garante a inclusão. É necessário que os professores e a escola estejam devidamente preparados para promover o avanço no processo de aprendizagem desses alunos. O propósito desta pesquisa foi, portanto, investigar as dificuldades que os professores enfrentam na rede regular de ensino ao lidar com o processo de inclusão de alunos e alunas com deficiência. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa. Entre os principais desafios identificados, estão a carência de estrutura nas escolas, a falta de capacitação específica dos professores e a escassa assistência proporcionada tanto pela instituição quanto pelo sistema de ensino.

PALAVRAS- CHAVE: Educação inclusiva. Professor. Pessoas com deficiência.

INTRODUÇÃO

O acesso à educação e o direito à aprendizagem são garantias constitucionais universais, dever do Estado e da família. A legislação atual assegura alunos com deficiência na rede regular de ensino – são exemplos a *Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015* (Brasil, 2015), a *Lei Brasileira da Inclusão*; a *Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990* (Brasil, 1990), que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente; e a *Constituição Federal de 1988* (Brasil, 1988) – mais especificamente o artigo 208. Todas essas legislações garantem atendimento

educacional especializado.

A inclusão é um direito de cidadania e exige garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos alunos. Entretanto, muitos professores ainda enfrentam inseguranças sobre o modo como acolher e atender alunos com deficiência (Brasil, 2001).

Este estudo busca investigar as barreiras enfrentadas pelos professores e, para tanto, analisa dificuldades no processo de ensino e aprendizagem; infraestrutura e recursos disponíveis; e estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão.

O objetivo central é mostrar que a inclusão contribui para o desenvolvimento dos alunos com deficiência e que o ensino colaborativo é essencial. A pesquisa terá abordagem qualitativa.

METODOLOGIA

A pesquisa utiliza uma abordagem metodológica qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A fundamentação teórica busca compreender o histórico da educação inclusiva e os desafios enfrentados pelos professores na rede regular de ensino.

A pesquisa de campo foi realizada entre agosto e outubro de 2024, por meio de formulário eletrônico no Google Forms, aplicado a professores que atuam com alunos inclusos. O questionário abordou os principais desafios vivenciados em sala de aula, de modo a permitir interpretar as perspectivas dos docentes participantes.

Essa metodologia integrada possibilita uma análise aprofundada e articula teoria e prática, para compreender as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de inclusão escolar.

DESENVOLVIMENTO/RESULTADOS

Processo histórico da inclusão de pessoas com deficiência

Historicamente, as pessoas com deficiência foram alvo de exclusão e preconceito. No período da Antiguidade até a Idade Média, conhecido como fase do “extermínio”, elas eram marginalizadas e, muitas vezes, condenadas à morte por serem consideradas incapazes para o trabalho (Ribeiro; Casa, 2018).

Com o passar do tempo, iniciou-se a luta por direitos básicos como acessibilidade e educação. Antigamente, crianças com deficiência eram excluídas do sistema educacional tradicional e encaminhadas a instituições especializadas – ou eram, ainda, privadas de qualquer acesso à educação formal. No entanto, os avanços nas políticas de inclusão e a valorização da diversidade levaram à adaptação das escolas regulares, tanto em infraestrutura quanto em metodologias pedagógicas, visando atender às necessidades dos alunos com deficiência (Almeida; Montino, 2021).

A trajetória da educação especial no Brasil começou efetivamente na década de 1930. Em 1954, surgiu a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), devido à falta de preparo da escola pública para atender esses alunos. Em 1977, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) instituiu políticas voltadas à criação de classes e escolas especiais. A *Constituição de 1988* (Brasil, 1988) representou um marco, seguida pela *Declaração de Salamanca* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1994), que reforçou a inclusão como princípio. A *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (Brasil, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), confirmou a prioridade da inclusão na rede regular de ensino com apoio especializado. Posteriormente, o *Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011* (Brasil, 2011), regulamentou o Atendimento Educacional Especializado (AEE), consolidando os avanços na educação inclusiva (Bezerra; Antero, 2020).

A educação inclusiva

A educação inclusiva é um direito garantido constitucionalmente e reforçado pela LDB (Brasil, 1996), que assegura atendimento educacional especializado e gratuito, preferencialmente na rede regular de ensino. Segundo a UNESCO (2020), inclusão significa

garantir pertencimento e valorização de todos os estudantes, enfrentando barreiras como discriminação, estereótipos e desigualdades.

A UNESCO (2020) também aponta que a educação inclusiva deve equilibrar a convivência entre todos os alunos com a eficácia da aprendizagem, considerando o risco de estigmas e a necessidade de políticas educacionais coerentes e contínuas.

Roman, Molero e Silva (2020) observam que, apesar das diretrizes, a prática escolar enfrenta desafios, como falta de recursos, capacitação docente e resistência social. Almeida e Montino (2021) reforçam que a inclusão exige mais do que acesso físico: é necessário um ambiente acolhedor, respeitoso e participativo.

A *Base Nacional Comum Curricular – BNCC –* (Brasil, 2017) também contribui para a inclusão: orienta práticas pedagógicas adaptadas às necessidades de cada aluno e promove a valorização da diversidade e a utilização de metodologias e recursos inclusivos. Dessa forma, a BNCC é essencial para garantir uma educação acessível e de qualidade para todos.

Ensino colaborativo

A educação inclusiva vai além da presença do aluno com deficiência na escola regular, exige sua participação ativa no processo de aprendizagem. Nesse contexto, destaca-se o papel do segundo professor – regulamentado pela Resolução n.º 100/2016 em Santa Catarina (2016) –, destinado a turmas com alunos que possuem deficiências intelectuais, múltiplas, físicas graves ou transtornos como autismo.

O ensino colaborativo é uma abordagem baseada na bidocência, na qual o professor titular e o segundo professor compartilham responsabilidades, planejamento, execução e avaliação das atividades. Essa parceria permite atender às necessidades de uma turma diversa, promover inclusão e melhorar a aprendizagem para todos os alunos (Buss; Giacomazzo, 2019).

Apesar de haver resistência de alguns docentes às mudanças exigidas pela inclusão, é fundamental compreender que o ensino colaborativo enriquece a prática pedagógica, promove ambientes mais acolhedores e beneficia todos os estudantes.

A importância da inclusão para o processo de aprendizagem

O número de alunos com deficiência atendidos na rede regular de ensino no Brasil tem crescido significativamente, o que evidencia um movimento de valorização da diversidade no ambiente escolar. A escola, como espaço de formação crítica e cidadã, deve reconhecer as diferenças e aprender com elas (Oliveira, 2018).

A educação inclusiva não se limita a atender alunos com deficiência, mas busca valorizar todos os estudantes, independentemente de suas características. Ela promove valores como respeito, empatia e tolerância, essenciais para uma sociedade mais justa e solidária (Oliveira, 2018).

A convivência com os colegas favorece o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional dos alunos com deficiência, fortalece laços de amizade e a sensação de pertencimento. Ao mesmo tempo, os demais alunos aprendem a lidar com as diferenças – e desenvolvem respeito e solidariedade.

A inclusão beneficia a todos: os alunos com deficiência aprendem com os colegas e se desenvolvem melhor, enquanto os demais aprendem a conviver com a diversidade e tornam-se mais empáticos e conscientes. Dessa forma, a educação inclusiva enriquece o processo de ensino-aprendizagem para toda a comunidade escolar.

Além disso, a inclusão oferece uma educação mais humanizada e participativa, promove a socialização, o respeito mútuo e a construção de um ambiente escolar acolhedor e democrático (Azevedo, 2023).

Desafios do professor no processo de inclusão na rede regular de ensino

A aprendizagem é um processo natural, mas cada indivíduo possui seu próprio ritmo e suas próprias necessidades. No contexto da educação inclusiva, os professores enfrentam diversos desafios, como falta de recursos adequados, infraestrutura inadequada, ausência de formação específica e resistência da comunidade escolar à diversidade (Souza; Bringel, 2023).

As escolas públicas, em especial, têm dificuldades em garantir uma educação de qualidade para os alunos com deficiência, devido à carência de investimentos em estrutura,

materiais pedagógicos acessíveis e capacitação docente (Santos, 2019). Incluir não é apenas inserir o aluno na sala de aula, mas também promover sua participação ativa e bem-sucedida, o que exige investimento financeiro, apoio institucional e mudanças estruturais.

Além disso, a falta de formação continuada faz com que muitos professores se sintam despreparados para lidar com as necessidades específicas dos alunos, o que pode comprometer a qualidade do ensino e dificultar o desenvolvimento desses estudantes (Santos *et al.*, 2023).

A inclusão exige que os educadores repensem suas estratégias pedagógicas, adaptem o currículo e criem um ambiente de aprendizagem acessível e acolhedor. Isso demanda tempo, recursos e apoio constante, o que evidencia a importância de um compromisso efetivo das escolas e dos gestores com a formação docente e com a implementação de práticas realmente inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscamos analisar os desafios enfrentados pelos professores com alunos inclusos na rede regular de ensino, visando compreender o processo de inclusão e as dificuldades para efetivá-la em sala de aula.

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre inclusão, ensino colaborativo, importância para o ensino e aprendizagem e desafios enfrentados pelos docentes.

Os resultados apontaram lacunas na formação docente para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência. Entre os maiores desafios, destacamos a socialização e a adaptação às atividades propostas, o que revela barreiras significativas para a participação plena desses estudantes.

A pesquisa busca contribuir para uma reflexão crítica sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores e indicar pontos de melhoria; e mostra que a inclusão é uma realidade cada vez mais presente, mas ainda marcada por desafios. Para superá-los, é essencial investir em formação continuada, estratégias pedagógicas inclusivas, suporte

especializado e recursos didáticos, de modo a promover uma inclusão mais efetiva e acolhedora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. G.; MONTINO, M. A. Dificuldades encontradas pelas professoras no processo de inclusão de alunos e alunas com deficiência. *Revista Multidebates*, Palmas, v. 5, n. 1, p. 177-193, fev. 2021.

AZEVEDO, R. P. Inclusão escolar: saiba o que é e qual sua importância. *Edify Education*, out. 2023. Disponível em: <https://edifyeducation.com.br/blog/inclusao-escolar/>. Acesso em: 6 set. 2025.

BEZERRA, L. N. V.; ANTERO, K. F. Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7., 2020, Maceió. Maceió: Realize, 2020.*

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB 17/2001*. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 6 de setembro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

BUSS, B.; GIACOMAZZO, G. F. As interações pedagógicas na perspectiva do ensino colaborativo (coensino): diálogos com o segundo professor de turma em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 25, n. 4, p. 3-14, out./dez. 2019.

OLIVEIRA, J. P. de M. Os benefícios da educação de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares. In: SEMANA DE ESTUDOS, TEORIAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS, 6., 2018, Natal. *Anais [...]. S. l.: Realize*, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/26326> Acesso em: 6 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Resumo do relatório de monitoramento global da Educação 2020: inclusão e educação para todos*. Paris: UNESCO, 2020.

RIBEIRO, T.; CASA, G. M. A Educação Especial no Brasil: legislação e breve contexto histórico. *Revista Professare*, Caçador, v. 7, n. 3, p. 36-38, 2018.

ROMAN, M. D.; MOLERO, E. S. S.; SILVA, C. C. B. Concepções de professores sobre a política de educação inclusiva: um estudo de caso. *Psicologia Escolar e Educacional*, Santos, v. 24, p. 2-4, 2020.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. *Resolução CEE/SC n.º 100, de 13 de dezembro de 2016*. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Florianópolis: CEE, 2016. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/educacao-basica/outras-modalidades-de-ensino/educacao-basica/educacao-basica-ensino-especial-resolucoes/1606-resolucao-2016-100-cee-sc> Acesso em: 23 maio 2024.

SANTOS, A. P. *et al.* Desafios e possibilidades da inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. *Revista FT*, Leblon, v. 27, ed. 128, nov. 2023.

SOUZA, D. C. de; BRINGEL, M. F. A. Educação inclusiva: principais dificuldades no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar. *ID on Line – Revista de Sociologia*, Fortaleza, v. 17, n. 68, p. 5-6, out. 2023.